



ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO - HÁ SUPERDIMENSIONAMENTO DA OFERTA?

Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz – Dra. UNESC
Jamerson Viegas Queiroz – Dr. UNESC

Resumo

Este artigo, ao discutir o ensino superior brasileiro, tem como objetivo apresentar a evolução das matrículas, cursos e instituições a partir dos anos 80, destacando as características e tendências deste nível de ensino. Utilizou-se os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Verificou-se que no período analisado, a oferta de vagas, a criação de instituições e de cursos, sobretudo privados, aumentaram substancialmente, contudo, nos últimos anos pode-se perceber também que o número de vagas não preenchidas nos processos seletivos e a evasão do aluno do sistema são fatores cruciais para os dirigentes de Instituições de Ensino Superior (IES) que precisam refazer seu planejamento e se preparar para atuar num mercado cada vez mais concorrencial. Tem-se assim, um ambiente competitivo e os desafios de sobreviver neste cenários são imensos.

1. Introdução

O ensino superior brasileiro é recente, iniciou-se no século XVII com a vinda da família real. As primeiras universidades surgiram com o início da industrialização, na década de 20, do século passado. A expansão do ensino superior sempre esteve atrelada ao desenvolvimento econômico do país e, a partir dos planos de desenvolvimento da década de 50, o país assistiu a expansão das matrículas, cursos e instituições de ensino superior. Notadamente, nos anos 80, o ensino superior enfrentou dificuldades de se expandir e a partir dos anos 90, a oferta de vagas vem aumentando cerca de 7% ao ano.

A principal característica do ensino superior brasileiro é sua heterogeneidade. Um estabelecimento pode distinguir-se de outro, sob vários aspectos formais: sua natureza institucional (universidade, centro universitário, federação de escolas ou escolas integradas, ou faculdade isolada); categoria administrativa (pública e privada); a personalidade jurídica de sua mantenedora (fundação, associação civil, sociedade civil de direito privado), se tem ou não fim lucrativo, sua constituição como instituição laica ou confessional e, se confessional, a religião à qual está vinculada.

Visando atender ao objetivo proposto, este artigo está estruturado em 4 seções, esta primeira introdutória. Na seção 2 serão apresentados alguns indicadores que demonstrem a expansão recente do ensino superior e suas características, na 3 dar-se-á ênfase à discussão a respeito da evasão e ociosidade e na 4 são realizadas as considerações finais.



2. Economia e Educação: impactos e reflexos

2.1 Evolução recente do ensino superior brasileiro

A partir da segunda metade da década de 1970 vislumbrou-se no Brasil uma mudança gradativa na configuração do setor privado de ensino superior no que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos que o compõe. Em um primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas integradas, mediante processos de fusão de escolas isoladas ou de incorporação de um ou mais estabelecimentos.

No período subsequente, a crise econômica da “Década Perdida”, caracterizada pelo elevado endividamento externo do país e pelas incertezas criadas pelos altos índices de inflação, refletiu no ensino superior. O número de inscritos em exames vestibulares baixou de 1,8 milhões em 1980 para 1,5 milhões em 1985, retornando a 1,8 milhões em 1989. O número total de vagas teve um crescimento medíocre e saltou de 404.814 em 1980 para 466.794 em 1989 (INEP, 1998)

O número de matrículas nas IES privadas aumentou apenas 8,6% nos anos 80, saltando de 885.054 em 1980 para 961.455 em 1990, sendo que em 1985 apenas 810.929 pessoas estavam matriculadas no ensino superior privado. Este indicativo de queda do número de alunos matriculados na metade dos anos 80 é evidenciado também quando se analisa que o número de instituições privadas em 1985 é menor que em 1980 (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos e matrículas de ensino superior privado no Brasil (1980/2003)

Ano	Estabelecimentos de ensino superior privados		Estudantes matriculados nas IES privadas	
	Número	% sobre o total	Número	% sobre o total
1980	682	77,3	885.054	63,3
1985	626	72,9	810.929	59,3
1990	696	75,8	961.455	62,4
1995	684	76,5	1.059.163	60,2
2000	1.004	85,0	1.807.219	67,0
2001	1.208	87,0	2.091.529	69,0
2002	1.442	88,0	2.428.258	69,7
2003	1.652	88,86	2.750.652	70,75

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (1998; 2001; 2003;2004)

No momento seguinte, a partir do final da década de 1980, o movimento foi para a transformação de escolas isoladas em universidades particulares. Assim, o número de universidades particulares elevou-se de 20, em 1985, para 85 em 2000, tornando-se maioria no total de instituições desta categoria no país (INEP, 2001b).

No início dos anos 90, pautado no discurso de modernização defendido pelo presidente Collor de Mello, coube às instituições de ensino superior a formação de recursos humanos demandados por um mercado que emergia diante da inserção do Brasil na economia globalizada.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



O resultado alcançado, contudo, mostra que as linhas de ação não foram cumpridas. No período 1990/1992 houve uma redução do número de matrículas nos cursos de graduação e constatou-se a baixa remuneração dos profissionais da educação.

No governo Itamar Franco a educação assume a condição de “poderoso instrumento de promoção social, tendo como objetivo a preparação do país para um novo paradigma de desenvolvimento” (CORBUCCI, 2002, p. 10).

O diagnóstico do Ministério da Educação naquela época identificava que o ensino superior vinha apresentando várias distorções desde a década de 1960. Um delas foi em decorrência da rápida expansão, que, por sua vez, não teve como contrapartida a qualidade. O principal foco de desequilíbrio estaria no setor privado, na medida em que este possuía estrutura frágil no que tange à qualificação do corpo docente, o que inviabilizava o atendimento de massa aliado à qualidade.

O governo Fernando Henrique Cardoso destacava dois pressupostos que deveriam nortear as ações na área do ensino superior: (i) a importância do setor para a melhoria da qualidade do ensino, e (ii) a modernização do país passaria pela formação de recursos humanos qualificados. Além disso, revelava preocupação com a necessidade de se criar um sistema de avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela esfera privada.

Com a extinção do Conselho Federal de Educação, no Governo Itamar, a política de governo para o ensino superior adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcada pela condução da expansão do ensino superior privado pelo Ministério da Educação.

Em 1996, a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) introduziu o processo regular de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e reconhecimentos ao desempenho mensurado nesta avaliação. Além disso, a LDB estabeleceu os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades.

A partir de um ano da publicação da LDB instituiu-se no país a “Década da Educação”. A União definiu diretrizes e metas para os dez anos seguintes, visando matricular todos os educandos a partir dos sete anos, promover cursos presenciais ou a distância e qualificar os docentes.

Posteriormente, com a edição do decreto 2.306/97, algumas mudanças referentes ao percentual mínimo de titulação docente e ao quadro de docentes em tempo integral impuseram patamares mínimos para a existência das universidades; caso não atinjam esse patamar mínimo, elas serão reclassificadas como Centros Universitários.

Tem-se que até este ano de 2004, as universidades devem possuir no seu quadro de pessoal, um terço de professores com tempo integral e um terço de professores com titulação mínima de mestrado, sendo que do total de docentes 15% devem possuir titulação de doutor.

2.1 – Características e tendências do ensino superior privado

Dadas as exigências impostas pela legislação, o setor privado de ensino superior observou que os centros universitários são uma opção mais apropriada às suas possibilidades financeiras e que as universidades, por exigirem o ensino, a pesquisa e a extensão, e principalmente pelas exigências em relação a titulação docente, podem se tornar difíceis de serem gerenciadas, em virtude das restrições orçamentárias.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



De 1997 a 2002, o Governo Federal credenciou apenas 8 universidades e 60 centros universitários e apenas de 2000 para 2003 o número de centros universitários privados instalados no país saltou de 49 para 81 (INEP, 2004).

Outra característica marcante dos anos 90 foi o aumento contínuo da educação a distância ancorada em ambientes virtuais. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) foram as pioneiras no Brasil na criação de ambientes próprios para o uso da Internet como mídia educacional qualificada. Várias outras instituições se aperfeiçoaram e atualmente oferecem principalmente cursos de educação continuada e pós-graduação a distância ou na modalidade semi-presencial.

Não existem estudos específicos sobre a viabilidade econômica para a educação a distância (EAD) no ensino superior brasileiro. Se por um lado, a EAD reduz os investimentos fixos em instalações físicas para as IES e os custos de deslocamento, moradia e transportes para os alunos; por outro lado, os investimentos em equipamentos e estruturas de telecomunicação eficientes e em recursos humanos qualificados constituem barreiras à entrada das IES privadas neste segmento de ensino. Sendo assim, as IES privadas têm se esforçado em criar parcerias e estabelecer redes de cooperação para desenvolver a EAD.

No que se refere à desconcentração regional, entre 1985 e 1990, constata-se um aumento significativo no número de estabelecimentos particulares, em especial na região Centro Oeste. A partir da década de 90, o ensino superior brasileiro entrou em uma fase de crescimento acelerado e de diversificação. Nos últimos dez anos, a matrícula nos cursos de graduação apresentou uma taxa de expansão anual de 7%, em média. Em 2003, o aumento atingiu 13% se comparado com o ano anterior. Por outro lado, a oferta de vagas tem apresentado um aumento médio de 9% na última década, ao passo que em 2003, o aumento da oferta de vagas foi 23% superior a realizada em 2002.

Outra tendência que tem acompanhado a desconcentração regional dos estabelecimentos privados de ensino superior é sua interiorização nos estados. Em Minas Gerais, a interiorização ocorreu sobretudo mediante a expansão de instituições públicas federais. Na Paraíba, ampliaram-se a rede pública federal e a estadual, que absorvem também instituições municipais.

No Paraná, predominam os estabelecimentos de ensino superior estaduais. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina predominou o desenvolvimento de uma rede de instituições comunitárias. Em Goiás, a interiorização do ensino superior é mais recente, sendo característica dos anos 80, e está associada à instalação de instituições fundacionais municipais (SAMPAIO, 2001).

A análise da distribuição regional das matrículas do ensino superior, conforme tabela 2, mostra que as matrículas do setor privado se concentram nas regiões de maior poder aquisitivo, revelando acentuada desigualdade regional. A região sudeste possui a maior renda per capita do país, R\$ 5.327,00, e absorve 50,18% do total de alunos matriculados no ensino superior, sendo que 80,89% destes estão em instituições privadas. A região Nordeste, por sua vez, apresenta a menor renda per capita, R\$ 2.461,00, sendo que 41,62% dos estudantes matriculados estão nas IES privadas.

Tabela 2 – Distribuição dos alunos matriculados no ensino superior por região – Brasil – 2003

Regiões	Renda per capita (R\$)	Alunos matriculados	% sobre o Total	Alunos matriculados IES privadas	Relação privada/ Total
---------	------------------------	---------------------	-----------------	----------------------------------	------------------------



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Norte	3.176	230.227	6,49%	100.468	43,64%
Nordeste	2.461	625.441	17,64%	285.156	45,59%
Centro Oeste	4.932	368.906	10,41%	254.257	68,92%
Sul	6.337	745.164	21,02%	535.589	71,88%
Sudeste	7.314	1.575.182	44,43%	1.575.182	82,12%
Total	5.327	3.544.920	100,00%	2.750.652	70,75%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP (2004) e IBGE (2002)

Atualmente, como segue na Tabela 3, verifica-se que o setor privado é formado por 1.652 (89%) instituições de ensino superior no país, à medida que o setor público abrange 207 (11%) instituições. Dos 3.887.771 alunos matriculados no ensino superior, 71% encontram-se matriculados em instituições privadas e o restante nas públicas.

Tabela 3 – Instituições e alunos matriculados nos cursos de graduação por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2003

Organização acadêmica / Categoria Administrativa	Instituições		Alunos Matriculados	
	Pública	Privada	Pública	Privada
Universidades	79	84	985.465	1.290.816
Centros Universitários	3	78	16.605	484.503
Faculdades Integradas	4	115	8.991	199.905
Faculdades, Escolas, Institutos	82	1321	80.513	760.517
Centros de Educação Tecnológica	39	54	45.545	14.911
Total Geral Absoluto	207	1652	1.137.119	2.750.652
Total Geral Relativo	11%	89%	29%	71%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2004)

As instituições privadas no Brasil formam mais de 359.000 alunos por ano, 68% do total, e empregam 172.953 docentes, sendo 85% destes tempo parcial e horistas (TP) e o restante em tempo integral (TI). Já nas IES públicas 169.038 estudantes concluíram o ensino superior em 2003, 32% do total de formandos do país. Nestas instituições, predominam os professores com tempo integral, sendo que dos 95.863 docentes, 74% são contratados por tempo integral, conforme se verifica na Tabela 4.

Tabela 4 – N° de concluintes em cursos de graduação presenciais e n° de docentes por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2003

Organização acadêmica / Categoria Administrativa	Docentes				Alunos Concluintes	
	Pública		Privada		Pública	Privada
	TI	TP	TI	TP		



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004

Universidades	66.170	19.489	14.212	58.831	130.868	183.361
Centros Universitários	224	464	3.514	23.105	2.330	64.116
Faculdades Integradas	113	535	1.271	11.291	1.295	32.239
Faculdades, Escolas, Institutos	2.217	3.566	6.173	52.926	13.604	77.568
Centros de Educação Tecnológica	2.277	808	155	1.475	6.642	1.780
Total	71.001	24.862	25.325	147.628	154.739	359.064

Observação: TI refere-se a tempo integral e TP refere-se a tempo parcial e horistas.

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2003)

Há no ensino superior privado uma forte concentração de alunos em grandes instituições. Schwartzman e Schwartzman (2002) constataram que um número relativamente pequeno de instituições, 5%, concentra quase a metade da matrícula do ensino superior privado no país, enquanto que, no outro extremo, 50% das instituições absorvem somente 5% da matrícula.

A relação ensino privado com o mercado refere-se, em um primeiro nível, à capacidade do setor de suprir, mobilizando recursos privados, a demanda de massa por ensino superior. O mercado e a dinâmica da competição entre os próprios estabelecimentos privados são o determinante na ocorrência dos grandes movimentos de expansão e estagnação que se verificam na trajetória do setor privado no país nos últimos trinta anos.

No tocante ao financiamento, os empreendimentos educacionais têm elevados custos de manutenção e de investimento e, no caso das IES privadas particulares visam à obtenção de lucro para os seus proprietários. Ao contrário do setor público, onde a criação de cursos ou instituições públicas atende aos critérios de “necessidade social”, no setor privado, por sua vez, é a existência de mercado que antecede a criação de novos estabelecimentos e cursos. A partir dos anos 80, este cenário de competitividade passou a influenciar as decisões e atitudes dos dirigentes das IES privadas.

Em relação ao número de instituições, observa-se que o setor privado teve uma participação média de 75% em relação ao total do país durante os anos 80. A partir de 1995, esta participação aumentou significativamente por um lado devido à instalação de novas instituições, e por outro lado, em função da classificação de algumas instituições criadas pelos município que até o momento eram consideradas públicas e foram classificadas como privadas.

Nos últimos anos, milhares de novos cursos são oferecidos a cada ano nas IES privadas. Essa estratégia de ampliação da oferta de cursos, acompanhado do aumento no número de carreiras oferecidas, apontando para a maior diferenciação da oferta, é uma das estratégias adotadas pelo setor para enfrentar a competição entre as instituições. Em 1984, dos 3.806 cursos oferecidos no país, 54% eram realizados pela iniciativa privada. Em 2003, o número total de cursos oferecidos saltou para 16.453, sendo o setor privado o responsável por 64% da oferta, como pode ser analisado na Tabela 5.

Tabela 5 – Total de cursos oferecidos e instituições de ensino superior – Brasil (1980, 1984, 1990, 1994 e 2003)



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Anos	Cursos			Instituições		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
1980	882	200 (23%)	682 (77%)
1984	3.806	1.737 (46%)	2.069 (54%)	847	238 (28%)	609 (72%)
1990	4.712	2.001 (42%)	2.711 (58%)	918	222 (24%)	696 (76%)
1994	5.562	2.412 (43%)	3.150 (57%)	851	218 (26%)	633 (74%)
2001	12.155	4.401(36%)	7.754 (64%)	1.391	183 (13%)	1.208(74%)
2002	14.399	5.252 (36%)	9.147 (64%)	1.637	195 (12%)	1.442 (88%)
2003	16.453	5.662(34%)	10.791(66%)	1.859	207(11%)	1.652(89%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (1998, 2000,2003)

Em 2002, existiam no país 14.399 cursos superiores, portanto houve um aumento de 2.054 cursos em apenas um ano no país, o que indica que em média seis cursos foram criados diariamente. As duas direções seguidas pelo setor privado de ensino superior para a ampliação da oferta consistem, em primeiro lugar, suprir uma demanda de formação de profissões liberais de prestígio nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, como as de engenharia, e na área da saúde, em especial com cursos de Medicina e Odontologia. E a segunda direção é a ampliação do número de cursos mediante a fragmentação das carreiras, em geral das áreas de ciências sociais aplicadas, destacando-se o oferecimento de diversas habilitações no curso de administração de empresas; e na área da saúde, onde se observa a expansão dos cursos de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia entre outros. (SAMPAIO, 2001).

3. A ociosidade e a evasão no sistema de ensino superior

A ampliação não planejada das instituições de ensino superior ocorrida nas últimas décadas esconde informações valiosas para a análise deste setor como um setor econômico. Embora a perspectiva de crescimento potencial do ensino superior brasileiro seja grande, na prática a demanda não deverá crescer muito e já pode estar ocorrendo um superdimensionamento do sistema, que se manifesta nas mais de quinhentas e sessenta e sete mil vagas não preenchidas no ano de 2002, sobretudo pelo setor privado (Tabela 6). Em 2003, das 2.183.172 vagas abertas pelo setor privado, apenas 1.539.859 foram preenchidas, criando uma enorme capacidade ociosa.

Tabela 6 – Vagas oferecidas e não preenchidas no ensino superior – Brasil (1980 /2003)

Anos	Vagas oferecidas	Vagas não preenchidas	Percentual de vagas não preenchidas
1980	404.814	48.147	11,9%
1984	442.314	66.486	15,0%
1990	502.784	95.636	19,0%
1994	574.135	110.895	19,3%
2000	1.216.281	318.724	26,2%



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



2001	1.408.492	371.802	26,4%
2002	1.773.087	567.947	32,0%
2003	2.183.172	643.313	32,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (1998, 2000,2004)

Aliado a este desafio, a crescente participação de alunos de menor poder aquisitivo tem levado a índices de inadimplência próximos de 20% ao longo do semestre. A legislação veda à instituição que os alunos inadimplentes sejam impedidos de freqüentar aulas ou prestar exame e as IES não podem negar aos alunos em atraso os documentos necessários à sua transferência ao final do período letivo, o que implica a possibilidade de sua saída sem a quitação da dívida (SCHWARTZMAN E SCHWARTZMAN, 2002).

A relação existente entre o número total de alunos que entram e os que se formam num determinado período nas diferentes instituições do país se situa em 36,2%. Este indicador é menor para as IES privadas e religiosas sendo que as IES Federais apresentam uma relação de 50,3%. Se o número de matrículas iniciais não tiver aumentando, esta relação deve ser próxima de 100%. Contudo, muitos desses alunos desistem do curso, alguns da instituição e outros do sistema de ensino superior (Tabela 7).



Tabela 7 – Relação alunos formados por entrantes (no mesmo ano), por área de conhecimento e tipo de instituição – Brasil – 2000

Instituição / Área	Agricult. e veterinária	Ciências sociais	Ciências matemática	Educação	Engenharia	Humanidade	Saúde	Serviços	Total
Federal	55,4	63,0	38,4	35,4	41,8	51,8	81,6	33,6	50,3
Estadual	45,2	54,4	43,1	42,3	48,4	51,8	71,8	36,4	47,7
Municipal	35,8	44,7	40,1	40,9	32,7	29,8	30,1	0,00	40,2
Religiosas	23,7	34,9	29,0	35,7	31,9	34,0	38,6	14,7	34,1
Privadas	27,8	29,8	29,0	41,2	22,5	21,0	27,2	9,1	30,0
Total	40,8	35,4	32,2	38,9	33,9	37,6	43,0	12,4	36,2

Fonte: INEP (2001), Schwartzman e Schwartzman (2002)

Prosseguindo com a análise por área de conhecimento, tem-se que as maiores relações entre formados e entrantes estão nos cursos das áreas de saúde e agricultura e veterinária. A menor relação é encontrada nos cursos da área de serviços, onde o número de novas vagas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

A relação matrícula por vaga perde eficiência à medida que na última década o número de entrantes tem se elevado muito, em função do número maciço de instituições e cursos implantados, como visto anteriormente. Analisando-se a taxa de diplomação no Brasil, a partir da década de 80, tem-se que em média 64% dos alunos que ingressaram no curso superior conseguiram concluí-lo após cinco anos de estudo.

3.1 Custos e desperdícios da ociosidade e da evasão

A evasão destes alunos gera custos sociais e privados para o país. Os primeiros são mais difíceis de serem mensurados, pois sinalizam de um lado que os trabalhadores brasileiros permanecem com uma baixa qualificação e, de outro, que a disponibilidade de vagas nas instituições públicas, apesar de gratuitas, não contribui eficazmente para a formação de pesquisadores e técnicos capacitados que o país tanto almeja, visto que muitos interrompem definitivamente seus estudos. Indicam ainda, a necessidade de se desenvolver pesquisas que aprofundem o tema e encontre soluções para a otimização destas instituições.

No que tange aos custos privados, os mesmos são assumidos pelas instituições que oferecem os cursos superiores e, quando possível, são repassados aos alunos que permaneceram no sistema universitário. Diante da impossibilidade de aumentar continuamente as mensalidades, a solução encontrada pelas IES privadas tem sido:

- manter as vagas iniciais elevadas, que hoje dificilmente são inferiores a 50 para cada turma;
- captar alunos via transferência e oferecendo descontos;
- fundir turmas dos últimos períodos;
- acirrar a concorrência entre si, através de agressivas campanhas publicitárias;
- localização das unidades de ensino perto da residência dos alunos;
- facilidades de ingresso, através de processos seletivos sem vestibular, reopção, entre outras



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



- ampliação dos cursos superiores na modalidade tecnologia e seqüencial.

A política de conquistar e manter os alunos satisfeitos ainda é excepcionalidade neste setor. Raras são as iniciativas de IES que acompanham e avaliam continuamente seus cursos de acordo com a percepção do discente. O que se verifica é que, apesar da ociosidade, a estratégia das IES é atrair o máximo possível de alunos nas séries iniciais, sem se preocupar com quantos irão terminar os seus cursos e sobretudo, com a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos aos acadêmicos.

Muito tem se falado em se diferenciar através da qualidade e poucas IES de fato têm se atentado para isto. Dificilmente uma Universidade terá condições de competir por preço com outros estabelecimentos de ensino superior, de organizações acadêmicas diferentes. Além disso, verifica-se que as IES não têm uma preocupação com os seus custos e com a busca de novas fontes de receitas desvinculadas das mensalidades dos acadêmicos, visto que historicamente a capacidade de aumentar receita através da oferta de novos cursos predominou. Sendo assim, a gestão eficiente de recursos humanos, materiais e tecnológicos é o desafio que se faz presente. Por gestão eficiente de custos entende-se a otimização de espaços físicos, a revisão da estrutura organizacional e um planejamento estratégico que consiga relacionar as questões acadêmicas com as administrativas.

4 Considerações Finais

Com este artigo buscou-se contribuir com o debate acerca da manutenção das instituições privadas de qualidade que tem como objetivo o desenvolvimento do país, através da formação de recursos humanos qualificados e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Visto que, a expansão recente do ensino superior têm elevado a competitividade no setor, percebe-se que as universidades - das as exigências da legislação no que se refere a qualificação docente, ensino, pesquisa e extensão - não têm condições de competir por preços.

Torna-se imperioso implantar estratégias e ações numa visão holística, fazendo com que os setores acadêmicos e administrativos enxerguem o mesmo caminho para a instituições. No cenário atual, o ambiente complexo das IES precisa favorecer o surgimento de alternativas que reduzam a evasão e possibilite a otimização dos recursos envolvidos.

Referências Bibliográficas

CORBUCCI, Paulo R. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão 869)

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em nov 2002

_____. Diretoria de Pesquisas, **Contas Regionais do Brasil**, 2002. Disponível em <www.ibge.gov.br/populacao>. Acesso em 11 fev 2003



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 1998. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em 10 abr 2000.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 2000. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em 14 abr 2001

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação**. Brasília, 2000. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 11 fev 2003

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 2001. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em 11 mar 2003

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação**. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 11 fev 2003

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 2002. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em 25 out 2003

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação - Preliminar**, 2003. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em 20 out 2004

_____. **Ensino Superior no Brasil: O setor privado**. São Paulo: Ed. Fapesp/Hucitec, 2000
SCHWARTZMAN, J; SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior privado como setor econômico**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <www.schwartzman.org.br>. Acesso em 08 jan 2003